

**Cidades silenciadas:  
trajetórias operárias em patrimônios do extremo sul do Brasil**

**Jossana Peil Coelho**

Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural –  
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, Rio Grande do Sul  
Bolsista Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

 <https://orcid.org/0000-0003-1347-2915>

E-mail: [jopeilc@gmail.com](mailto:jopeilc@gmail.com)

**Francisca Ferreira Michelin**

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, Rio Grande do Sul

 <https://orcid.org/0000-0002-4737-323X>

E-mail: [fmichelon.ufpel@gmail.com](mailto:fmichelon.ufpel@gmail.com)

**Claudia da Silva Nogueira**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural –  
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, Rio Grande do Sul  
Bolsista Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

 <https://orcid.org/0000-0002-8636-7641>

E-mail: [cs.nogueira@outlook.com](mailto:cs.nogueira@outlook.com)

**Resumo:** Em algumas cidades, o patrimônio fabril, sendo ou não volumoso, imponente, predominante ou antigo, submerge sob a existência de outras formas patrimoniais que silenciam o seu valor e presença. É o caso que se analisa neste trabalho, tendo como foco as cidades que conformam uma região do Rio Grande do Sul, denominada Antiga Pelotas, e essa própria, localizada no extremo sul do Brasil. Observa-se como o fato gera uma herança conceitual que segue um padrão assertivo de valorização de um determinado tipo de bem sobre outro e que acaba por perpetuar uma ideia de cidade que se mantém pela repetição de visualidades e de palavras. Observa-se como estudos sobre o patrimônio industrial da região são desenvolvidos sistematicamente, ainda que, efetivamente, não capillarize o conhecimento gerado.

**Palavras-chave:** Patrimônio industrial; Cidades históricas; Memória social; Pelotas.

**Silenced cities: worker trajectories in cultural heritages in the extreme south of Brazil**

**Abstract:** In some cities, the industrial heritage, whether or not it is voluminous, imposing, predominant or ancient, submerges under the existence of other forms of heritage that silence its value and presence. That is the case analyzed in this work, which focuses on the cities that make up one region of Rio Grande do Sul, named Ancient Pelotas, which is located in the extreme south of Brazil. It is clear how this generates a conceptual heritage that follows an assertive pattern of valuing a certain type of good over another, and that ends up perpetuating an idea of the city that is maintained through the repetition of visuals and words. The objective here is to understand the process and find ways to make the idea permanent. It is also observed how studies about the industrial heritage of the region are systematically developed, even if they do not capillarize the knowledge generated effectively.

**Keywords:** Industrial heritage; historical cities; social memory; Pelotas.

**Texto recebido em: 31/03/2022**

**Texto aprovado em: 09/06/2022**

## Introdução

O objetivo do presente ensaio é indicar como a dominância de uma visão de cidade (no caso em pauta, dessa), afirmada por uma escala de narrativas que vai dos documentos oficiais às manifestações populares, oblitera que outras visões ganhem espaço e reconhecimento e ofusquem trajetórias que informam diferentes instâncias, grupos sociais e valores, como acontece com o patrimônio industrial.

Advoga-se que o compartilhamento da memória de cidade exitosa recalca o reconhecimento da cidade operária e, conseqüentemente, como o patrimônio de uma vasta área do entorno do centro da cidade oblitera as zonas fabris.

Lembra-se de um fato curioso: certa música e a repercussão que teve de seu lançamento ao presente. Trata-se da composição dos irmãos Kleiton e Kledir Ramil, em uma das canções mais famosas da dupla e que foi nacionalmente difundida. Nascidos em Pelotas, sul do Rio Grande do Sul, município que se localiza a 261 km<sup>1</sup> da fronteira mais austral do Brasil com o Uruguai, compuseram a música em homenagem a essa cidade, onde ambos passaram a infância e parte da juventude. A canção faz parte de um álbum intitulado *Autorretrato*, lançado em 2009<sup>2</sup>. Sua letra lista os que muitos da mesma geração, ou até mais recente, reconhecem como elementos marcantes do lugar. Em 31 citações de distintos fatos e locais, 13 se referem a patrimônios reconhecidos<sup>3</sup>, divididos em oito bens materiais e cinco imateriais, dentre esses nenhuma referência a qualquer elemento fabril. Essa música ressurgiu em 2018, sendo utilizada em muitas sequências de imagens, em vídeos independentes, ressaltando os mesmos elementos ainda em contextos mais evidentes da ideia de uma cidade histórica. Na penúltima estrofe, a letra explicita o título "Princesa do Sul", atribuído à cidade no início do Século XX, sem exata autoria, mas com evidente aceitação e longevidade. Vem sendo usado, desde então, para expressar um conceito de cidade nobre ou bela ou ambos.

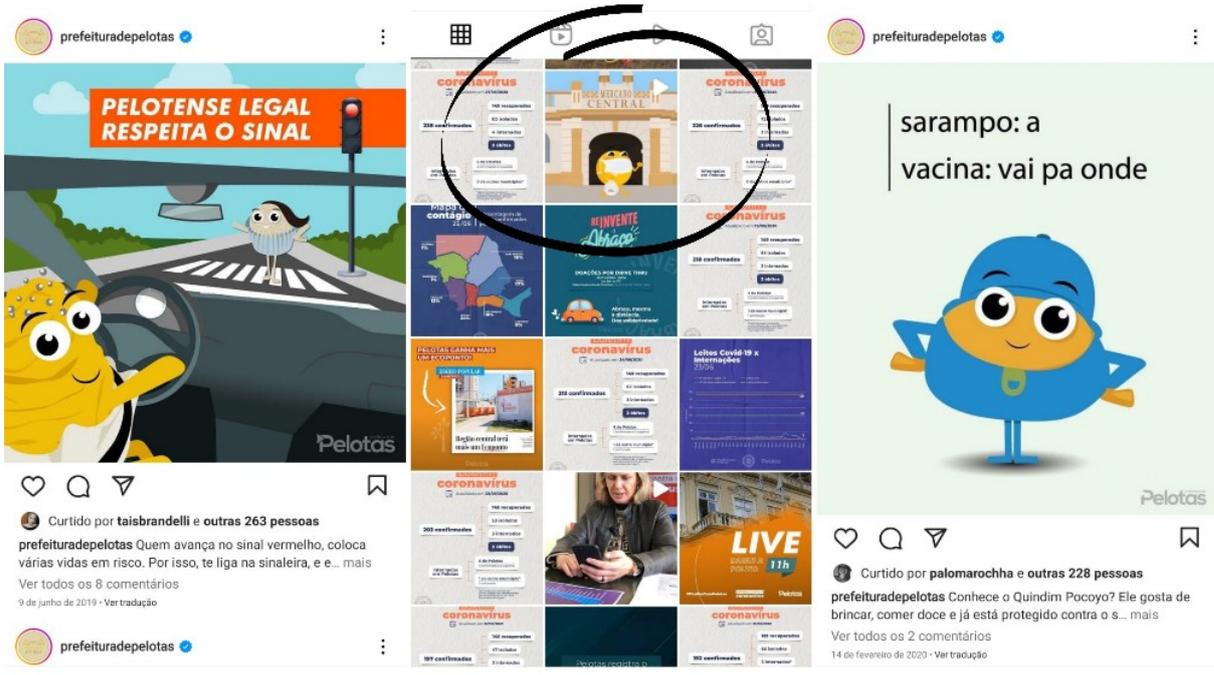
Por outro lado, observa-se em algumas das principais redes sociais oficiais da municipalidade (youtube, instagram e site), que o discurso memorial que se

repete e se mantém reforça a ideia da “terra do doce”, distinta pelo patrimônio material e imaterial que a identifica.

A playlist “História de Pelotas”, através de uma sequência de vídeos na plataforma audiovisual do youtube<sup>4</sup> mantida pela prefeitura, repete o hegemônico discurso da história do charque, dos casarões e também do doce, enfatizado na sua especial confeitaria de origem portuguesa. Somam-se outras duas playlists: “Vamos Compartilhar a Cidade” que entre diversos vídeos, apresenta um, referente aos 205 anos de Pelotas, no qual durante o texto narrado o locutor fala “Pelotas encanta por ser um mosaico de ladrilhos, casarões e de ruas”. A segunda, mais específica, intitulada “Nosso Patrimônio” é uma sucessão de vídeos, nos quais desfilam as validadas heranças: Theatro Guarany, Paço Municipal, Casarão 8, Biblioteca Pelotense e Casarão 6. Ainda há mais vídeos pertencentes a outras playlists inscritas como “Publicidade” que apresentam o Dia do Patrimônio e jingles em homenagem à cidade, tendo como o plano de fundo casarões da praça, torre do mercado público, catedral, fonte das nereidas e doces finos. Assim como a música, o discurso audiovisual oficial não apresenta qualquer referência à herança operária da cidade.

No instagram @prefeituradepelotas<sup>5</sup>, além de diversas menções e fotografias que apresentam os casarões do entorno da praça central da cidade, é presente uma figura “a formiga”, lançada como mascote da cidade há alguns anos na Feira Nacional do Doce (Fenadoce). Recentemente, surgiu um novo personagem, o “quindim” (Figura 1), muito empregado em campanhas de conscientização, como as direcionadas ao trânsito e, até mesmo, à prevenção da covid-19. Personagens esses claramente ligados ao bem material e imaterial reconhecido e presente na história que vêm sendo disseminada por diversas gerações, reforçando o discurso oficial da cidade, que por sua vez não menciona o patrimônio industrial.

A busca não se esgota nos exemplos acima. Ainda, pelo endereço eletrônico oficial<sup>6</sup>, junto ao menu inicial foram identificados dois itens: “cidade > história” e “Visite > Pelotas Turismo”. Com relação ao primeiro, observou-se a mesma construção de discurso ilustrada na plataforma do youtube anteriormente citada, operando um reforço dos elementos que constituem a narrativa desta história. No que diz respeito ao segundo indexador, ao acessar, encontra-se a mensagem que é passada ao turista “Sejam bem-vindos a Pelotas – Cidade do Sal ao Açúcar”, frase que revalida os mesmos elementos seguidamente comunicados: “Charqueada e Doces finos”.



Fonte: Instagram — Prefeitura de Pelotas.

**FIGURA 1**  
**Fotomontagem realizada para ilustrar a inclusão do personagem “Quindim” nas campanhas da Prefeitura de Pelotas**

E, retomando-se à composição dos irmãos Ramil, pergunta-se sobre o que aconteceu em 2018 que fez a música inspirar uma produção visual independente e, na sua maior parte, apenas reaproveitando imagens que circulavam facilmente nas redes sociais? E qual a importância do fato para a ideia de uma cidade histórica? E no que desse fato, expressa-se uma tendência, não inicialmente intencional, de memória da cidade, reiterada em narrativas e documentos diretivos?

O elemento central da discussão é a zona do Porto, na qual a insurgência do patrimônio industrial é evidente. Visita-se a documentação oficial sobre o município, sobretudo no Plano Diretor da cidade. Verifica-se como foram os processos de patrimonialização dos bens exemplares e, por fim, distingue-se como se refere a eles a legislação local. Não é menor a importância do turismo sobre a eleição de como o patrimônio se apresenta ao visitante. Melhor dizendo, qual patrimônio se oferece à visita.

Como herança, a partir do resultado promulgado em 2018, derivado do Inventário Nacional de Referências Culturais da Tradição Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas, observa-se em uma das cidades emancipadas como tal ideia

insurge-se, com o mesmo sentido, ainda que com outros matizes. E, por fim, reconhece-se o papel da produção acadêmica local a favor do patrimônio silenciado. Produção persistente e resiliente, inspirada e amparada na produção científica nacional que se dedica a identificar e formular metodologias de abordagem e estudo desse patrimônio. E se, felizmente — porque isso traduz um volume considerável —, não se pode listar toda a produção nacional sobre o tema, há de se referenciar, ao menos, aquela que vem sendo publicada pelo Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH-Brasil), dada a representatividade desse órgão. Os dois primeiros desenvolvem conteúdos referentes ao patrimônio ferroviário (OLIVEIRA, E. 2019 e 2020); o terceiro é uma inspirada coletânea de estudos sobre as visualidades produzidas industrialmente ou sobre a indústria (MENEGHELLO, 2021). Da quarta publicação (MENEGUELLO; OLIVEIRA; OKSMAN, 2021), há três textos introdutórios de cada parte do livro dos quais a consideração Oliveira, E. (2021) aplica-se consideravelmente bem ao fato do presente estudo: “o patrimônio industrial não é mais o símbolo pacífico de um passado de grandeza, como pretendia ser na Inglaterra dos anos 1960, mas dos conflitos envolvendo uma industrialização tardia” (2021, p. 43). Tão esclarecedora quanto Meneguello, na segunda parte, ao afirmar que “pensar sobre os espaços de trabalho implica em entender todas as suas dimensões, materiais e imateriais” (2021, p. 92). Por fim, na terceira seção do volume, Oksman assegura que “dificuldades e contratempos não travam os processos. Um balanço de perdas e ganhos pende para os ganhos, mesmo que as perdas sejam mais evidentes e, por vezes, irreparáveis.” (2021, p. 152).

A seguir, fala-se do lugar esquecido.

### **A zona portuária de Pelotas**

Os primórdios do que viria a ser a cidade de Pelotas deu-se, primeiramente, às margens do Canal São Gonçalo e do Arroio Pelotas, cursos de água que favoreciam a agroindústria charqueadora e, também, ao escoamento da sua produção. A localidade chegou a ter mais de 30 charqueadas, e foi essa atividade — durante todo o século XIX — que fez a cidade se desenvolver econômica, urbanística e socialmente. Pode-se citar, no sentido social e urbano, o estabelecimento na área central de construções suntuosas para as famílias dos chamados barões do charque e de locais de lazer e atividades sociais, como clubes e

teatros. Na economia, além das próprias charqueadas, outras fábricas foram surgindo, principalmente aquelas que tinham como matéria prima produtos pecuários como curtumes e fábricas de velas e sabão.

No final do século XIX, o setor já se encontrava em crise (MICHELON, 2012) e, segundo Pesavento (1980), se manteria em declínio até o início da Primeira Guerra. As causas da decadência estavam localizadas em diversos fatores que determinaram uma precária tecnologia de produção incompatível com a disputa no mercado internacional (PESAVENTO, 1980). Um suspiro de alívio à indústria veio durante os anos da Guerra quando a demanda por carne de qualquer qualidade impulsionou a sofrível economia pecuária da região e, também, contribuiu para a introdução da frigorificação da carne no Rio Grande do Sul. Iniciava, assim, uma segunda fase da industrialização em Pelotas, com novos espaços fabris e a inclusão de indústrias voltadas para o processamento de matérias primas agrícolas como moinhos, cervejarias, conservas e, principalmente, a rizicultura. Foi o momento em que se intensificou o surgimento de fábricas de transformação.

A maioria dessas fábricas irão se instalar no espaço urbano, especialmente na zona portuária, área já consolidada em função do transporte, tanto de mercadorias quanto de passageiros, o qual era feito, até então, por vias hidroviárias. Cabe ressaltar que na época próspera das charqueadas, o serviço portuário não era utilizado, em decorrência da presença de trapiches privados nos espaços saladeris.

No mapa da cidade, datado de 1835, o Porto de Pelotas já aparece demarcado às margens do Canal São Gonçalo, localização estratégica para a chegada de mercadorias que abasteciam a cidade e para o escoamento das produções das indústrias de transformação e, também, para o transporte de passageiros que não encontravam à época adequadas vias terrestres para o deslocamento.

Segundo Salaberry (2012), o porto foi, por um longo tempo, um amplo espaço aberto. Porém, na década de 1870, a expansão urbana chegou a essa área com o acréscimo de quatro ruas ao traçado da cidade. A linha de bondes puxados pela força animal foi instalada em 1873, ligando a área central à zona portuária, facilitando aos operários chegarem às fábricas e, também, servindo para a distribuição das mercadorias no centro da cidade que eram descarregadas no porto.

Em 1875 foi concluída uma obstrução do calado do porto, permitindo que o canal recebesse embarcações maiores, fato que colaborou para o seu desenvolvimento. Outros fatos importantes se sucederam nos anos seguintes como

a implantação da energia elétrica nos primeiros anos do século XX, a inauguração, em 1906, de um ramal da estrada de ferro, ligando a zona portuária à Estação Férrea, a qual foi inaugurada em 1884. Todas essas mudanças foram fundamentais para o crescimento da industrialização no entorno do porto. A Cervejaria Rio-Grandense, inaugurada em 1889, é um dos exemplos de indústria que veio para a região no período.

É nesse contexto, de industrialização crescente, que começam a se formar núcleos habitacionais no entorno da zona portuária e das indústrias instaladas nas proximidades, devido à demanda de habitação pelos operários. Assim, formou-se o bairro Porto. A Companhia Fiação e Tecidos, instalada em 1908, a uma pequena distância do porto, colaborou de forma efetiva para povoar o espaço, devido ao grande número de funcionários que possuía.

Durante a década de 1920, a ocupação continuava de forma efetiva. Em 1927, a rua Benjamin Constant, importante via, recebeu pavimentação e entrou em funcionamento o Moinho Pelotense, que ocupou grande área nas margens do São Gonçalo para a produção de farinha. No ano seguinte, a União autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a construir e a explorar economicamente o porto de Pelotas. Na década seguinte, pode-se citar a construção da Alfândega em 1938. E já em 1942, ocorre a construção do novo prédio e adequação do Frigorífico Anglo e, alguns anos após, instalou-se a Cooperativa Sul-rio-grandense de Lã (Cosulã), com mais de uma edificação.

Nos anos de 1950, Pelotas chegou a ser o segundo município de maior produção do estado, perdendo apenas para a capital, Porto Alegre. Nessa mesma época, a zona portuária continuava a receber empreendimentos fabris como, por exemplo, a inauguração, em 1959, da fábrica de Massas e Biscoitos Cotada. Apesar disso, algumas pesquisas (CONCEIÇÃO *et al.*, 2009; ESSINGER, 2009) apontam a década de 1950 como o começo do processo de decadência da industrialização na zona urbana da cidade. Identificaram como causas principais a falta de manutenção do porto e a elevação dos preços dos transportes embarcadiços.

Já na década de 1960, a estagnação na região do próprio porto fazia-se perceptível. Em 1963, foi inaugurada a antiga ponte sobre o canal São Gonçalo que ligava Pelotas à cidade vizinha, Rio Grande, que possui importante porto marítimo, favorecendo a comunicação rodoviária entre os municípios. Em 1973, foi criado, por Lei, o novo distrito industrial às margens de importantes rodovias cuja localização deveu-se à expectativa de concretização da malha rodoviária. No ano

seguinte, a vasta Companhia de Fiação e Tecidos Pelotense decreta falência. Esses fatos impactaram diretamente na estrutura urbana da cidade, acarretando esvaziamento, subutilização da infraestrutura urbana assim como na desocupação de edifícios fabris. Ao mesmo tempo, o município crescia economicamente devido à vinda de indústrias nacionais para o recente distrito industrial.

Porém, na década de 1980, a industrialização em Pelotas entrou em declínio por diferentes motivos, tanto em nível local como nacional. Diante disso, a cidade começa a perder posições como centro fabril do estado, chegando, no início dos anos 2000, como o décimo município industrializado do Estado. Atualmente, os dados de 2017 colocam Pelotas como a vigésima segunda cidade gaúcha industrializada.

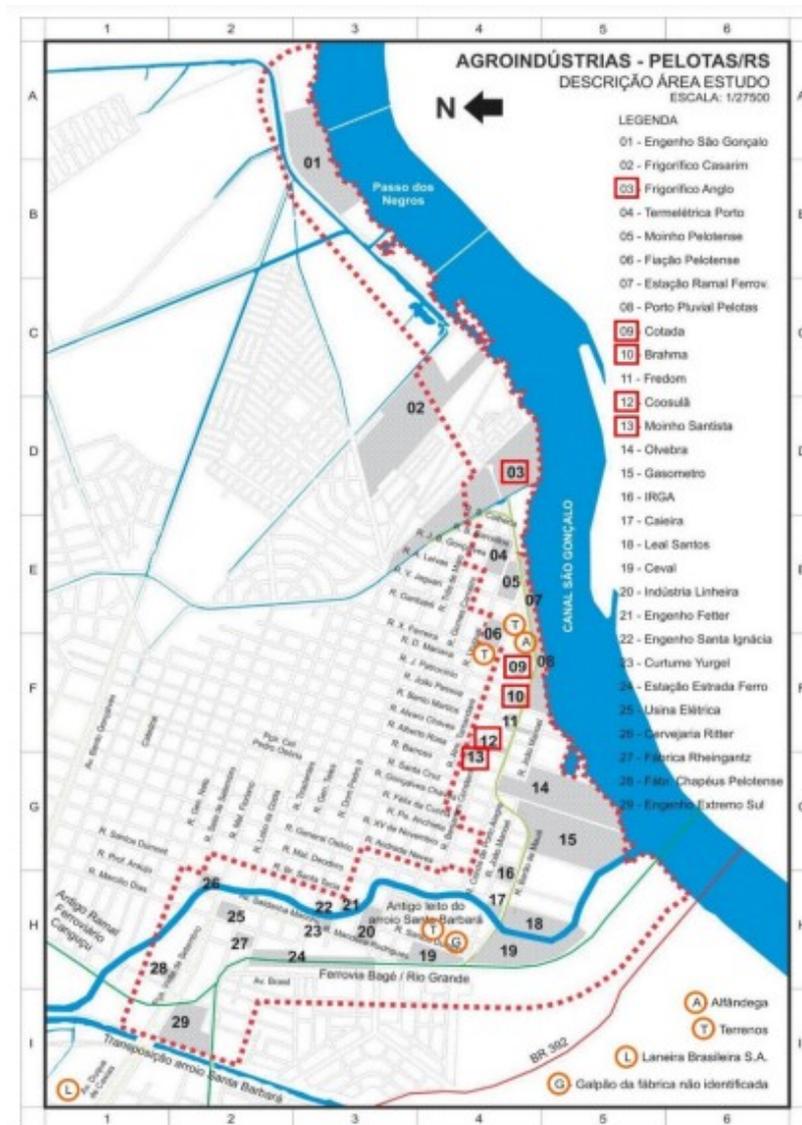
O cenário atual da zona portuária (Figura 2), após anos de descaso em decorrência da desindustrialização, ainda é pálido, mesmo diante de algumas ações que estão sendo feitas no sentido de retomar o local. Uma parte de tal retomada se deve ao fato da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) estar ocupando importantes remanescentes fabris como o Frigorífico Anglo, a Cotada, a Cosulã, a Alfândega e a Cervejaria Brahma. Desde o final da década de 1990 e do ano de 2012, a Universidade vem adquirindo esses imóveis. Outra ação importante no sentido de desenvolvimento do bairro foi o aumento significativo da movimentação de cargas no porto, a partir de 2016, após aproximadamente 15 anos sendo subutilizado.



**Fonte:** *Jornal do Comercio*, 9 jan. 2020. Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/economia/2020/01/720063-porto-de-pelotas-ultrapassa-1-milhao-de-toneladas-em-2019.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/economia/2020/01/720063-porto-de-pelotas-ultrapassa-1-milhao-de-toneladas-em-2019.html). Acesso em: 30 mar. 2022.

**FIGURA 2**  
**Imagem aérea da zona portuária**

Esses dois fatores — a ocupação de prédios pela UFPel e a movimentação do porto — tiveram atenção da prefeitura. Por conseguinte, obras de infraestrutura urbana foram feitas no bairro como a requalificação de determinados lugares e a pavimentação de ruas. Equívocos já indicam a precária conceituação do patrimônio que ali se encontra como o asfaltamento em alguns trechos da linha de trem. Silencia-se, desse modo, a memória da estrada de ferro que havia no bairro, ainda que alguns trechos tenham sido poupados.



Fonte: GOULARTE, 2021, p. 63.

**FIGURA 3**  
**Mapa urbano com a localização das indústrias em torno do Porto e da Estação Férrea com destaque para o Patrimônio Industrial adquirido pela UFPel**

Tamanha trajetória, cujos exemplares fabris ocupam lugar desta vasta área da cidade (Figura 3), não poderia estar invisibilizada, silenciada, diminuída na sua presença plena de passado. Mas está.

A seguir, verifica-se como isso vem ocorrendo, ao menos, em partes, na legislação local e documentos oficiais.

### **A legislação que protege o patrimônio cultural de Pelotas**

A preocupação com a preservação do patrimônio aparece pela primeira vez na legislação pelotense em 1980, com a instituição do II Plano Diretor de Pelotas (II PD), lei que estabelece as diretrizes e propostas de ordenamento e desenvolvimento do território do município. Essa lei apenas reforça a necessidade de criar zonas de preservação, de realizar tombamentos de alguns imóveis, de elaborar um inventário de prédios de interesse cultural e cuidados com o entorno de prédios históricos, além de promover ações para a preservação da memória ou arquitetônica do município.

Para a época, esse Plano Diretor foi uma inovação na legislação quanto à preservação do patrimônio cultural, porém, apenas 20 anos após, foi possível ver a proposta sendo colocada em prática. Esse movimento acabou por gerar novas leis que contribuíram efetivamente com a preservação patrimonial. Cita-se a Lei nº 4.568 de 2000, que toma uma importância relevante nesse sentido, pois define as Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural (ZPPC's) e estabelece a proteção dos bens integrantes do inventário do patrimônio edificado da cidade. As zonas delimitadas formam o 1º Loteamento, o 2º Loteamento, a zona do Porto e a Caieira, sendo essas duas últimas, localidades que apresentam significativos prédios fabris, mas essa característica não consta no referido documento.

Atualmente, o III Plano Diretor (III PD), Lei nº 5.502 de 2008, que substituiu o II PD, é a legislação pelotense de maior importância para a preservação do seu patrimônio cultural. Porém, quanto ao patrimônio industrial, não há nenhuma referência ou especificação sobre essa tipologia, apenas alguns termos ou características que podem, de alguma forma, serem associados aos patrimônios fabris.

Nesse documento, são apresentadas 11 (onze) Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural (AEIAC), dentre elas, quatro se destacam por, de alguma forma, incorporar em suas descrições elementos do patrimônio industrial. A

primeira é a AEIAC- ZPPC, a qual retoma a Lei nº 4.568/00 indicando que as quatro zonas de preservação delimitadas nessa legislação formam uma área de interesse cultural e, nela, consta dois Focos de interesse (FEIC), o FEIC Zona Portuária, caracterizado pelo Porto e a “singularidade na relação entre espaços construídos e abertos, percebida através do conjunto de edificações industriais” (PELOTAS, 2008, p. 27). E o FEIC Estação Férrea, caracterizado pela “existência do prédio sede da antiga estação férrea, (...) e constitui cenário peculiar formado pelo Largo de Portugal, espaço aberto com visual ao fundo do prédio da estação como elemento referencial e existência de trilhos do trem como um marco urbano” (PELOTAS, 2008, p. 28). Observa-se que nos dois focos apresentados são citadas edificações e estruturas ligadas ao transporte que são entendidas como patrimônios industriais.

Outra observação importante sobre essa área é que ela também possui Eixos de Ligação que, segundo o documento, são vias que possuem características que merecem ser destacadas. Um deles é o Eixo Rua Dom Pedro II — entre Rua Quinze de Novembro e Largo de Portugal — “via de características peculiares pelo importante visual da Estação Férrea, a partir do Largo de Portugal, apresentando um trecho íntegro de patrimônio arquitetônico” (PELOTAS, 2008, p. 34). Outro é o Eixo Rua Benjamin Constant — entre Rua Quinze de Novembro e o Cais do Porto —, abarcando a Praça Domingos Rodrigues, por possuir um visual do cais do porto. E, também, o Eixo Avenida Saldanha Marinho — entre o Largo de Portugal e Praça Cipriano Barcellos —, no qual “sua importância se dá em função das características arquitetônicas diferenciadas – edificações térreas e tipo galpão – e da configuração da via que possui um largo canteiro central com arborização, interligando dois focos importantes: o Largo de Portugal e a Praça Cipriano Barcellos” (PELOTAS, 2008, p. 35).

A segunda é a AEIAC Zona Norte, área que no início da formação da cidade foi o seu terceiro loteamento, atualmente apresenta edificações de diversas tipologias, entre elas galpões indústrias, que formam o FEIC Antigos Engenhos, um “conjunto de unidades arquitetônicas de características peculiares - galpões, construídos como engenhos de arroz, atualmente desocupados ou substituídos por outras atividades” (PELOTAS, 2008, p. 31). No III PD é caracterizado pelo valor de reciclagem que esses imóveis apresentam, não por se tratar de potenciais patrimônios industriais.

Destaca-se também a AEIAC Sítio Charqueador, formada por treze charqueadas<sup>7</sup>, uma caixa d'água e uma chaminé localizada em uma das charqueadas, e que possui o FEIC Engenho São Pedro e sua vila operária — claramente um patrimônio industrial, que em nenhum trecho da legislação é assim caracterizado —, e o FEIC Ponte Passos dos Negros<sup>8</sup> – infraestrutura de transporte, potencial patrimônio industrial.

E a terceira é a AEIAC Parque Linear Bairro Fragata, que contempla o FEIC Fábrica de Chapéus, conjunto arquitetônico formado pela antiga fábrica e a vila operária, sendo caracterizado por ser um referencial histórico-cultural e por ter potencial de reciclagem. Outro exemplo claro de potencial patrimônio industrial que não é assim denominado na lei.

Nota-se que dos FEIC's apresentados, três desses — Zona Portuária, Antigos Engenhos e Fábrica de Chapéus — nas suas caracterizações, o potencial de reciclagem é indicado, intervenção que segundo a Lei nº 4.568/00 é dada como um reaproveitamento do bem cultural, adaptado para um uso compatível que preserva sua tipologia e suas características ambientais.

O levantamento na legislação que trata da preservação do patrimônio cultural pelotense deixa notar que o patrimônio industrial não é identificado nesses documentos. Apenas uma parcela desses bens que a cidade dispõe é citada, timidamente. Recalca-se o fato de que Pelotas possui locais e edificações nessa tipologia que se destacam e são dignos de preservação no âmbito do patrimônio cultural.

Outros bens não citados no III PD podem ser identificados no Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas, protegidos pela Lei nº 4.568/00. Atualmente, são aproximadamente 14 antigas fábricas<sup>9</sup>. Um, dentre esses, é o Porto. Nesse caso, a proteção se deve, apenas, pelos valores arquitetônicos e de paisagem, uma vez que a lei se destina à preservação do conjunto edificado no contexto urbano. Por fim, cabe dizer que se o bem é reconhecido pelo contexto e não pelos valores que lhe pertencem, trata-se de reconhecimento do geral e acaba sendo um reconhecimento pela metade. Mas não é só a legislação que favorece o estado de indiferença quanto ao patrimônio industrial. Outros documentos o reiteram. Veja-se no campo do turismo.

## **Os documentos elaborados pelo poder público para o turismo**

O Plano Municipal de Turismo 2017-2024 foi elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, com o objetivo de integrar e ordenar esforços e ações para o desenvolvimento turístico da cidade. Nesse documento, o poder público destaca alguns atrativos turísticos que considera com potencial de desenvolvimento econômico e social. Em nenhum deles há qualquer menção ao patrimônio industrial de Pelotas. Apenas um único ponto pode ser destacado, que na lista de pontos turísticos do Eixo Pelotas Cultural<sup>10</sup> consta: a Estação Férrea.

Sobretudo, a Zona portuária, local com significativos patrimônios industriais e com a densa trajetória fabril já descrita, não recebe nenhuma referência. Faltou ao gestor, quem sabe, perceber que entre alguns roteiros apresentados, essa localidade, com suas paisagens e edificações, poderia fazer perfeitamente parte como, por exemplo, do turismo náutico. Intensificaria o passeio destacar a vista de alguns bens fabris, além do próprio porto. E, obviamente, também o turismo cultural ganharia força com a inclusão desse patrimônio. Como foi visto anteriormente, essa zona possui significativo número de bens patrimoniais, dentre os quais, muitos aparecem no III PD e constam no Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas.

Outro material desenvolvido pela mesma Secretaria, e que merece atenção, é o Mapa Turístico de Pelotas<sup>11</sup>, que se trata de um esquema do espaço urbano do município onde estão localizados 51 pontos turísticos. Desses, podemos destacar apenas três que são patrimônios industriais: o Porto, o Quadrado — antigo atracadouro, que atualmente é utilizado para convívio social — e o Anglo — antigo frigorífico, hoje ocupado pelo UFPel —; todos localizados na Zona Portuária que, conforme o III PD, é uma área de interesse cultural.

A que se deve a miopia que recalca elementos distintos de uma cidade que namora as águas desde tempos remotos, é fenômeno que o esforço deste texto não deve conseguir explicar. Ainda assim, as palavras avançam descrevendo mais um fato curioso.

## **As cidades emancipadas**

Os municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu, antes distritos de Pelotas (Figura 4), foram distinguidos com a inscrição das Tradições Doceiras na região de Pelotas e antiga Pelotas no Livro de Registro do

Patrimônio Imaterial, na categoria dos Saberes, em aprovação unânime do Conselho Consultivo do IPHAN em reunião do dia 15 de maio de 2018. Ao receberem o reconhecimento, o seu patrimônio cultural imaterial: o saber fazer do doce colonial, atribuiu a essas cidades um vínculo necessário com aquela da qual se originaram. Agora, detentoras do selo de patrimônio imaterial do país, as cidades citadas estão em destaque sob o entendimento da sua historicidade. Porém, há uma singularidade no fato a ser esclarecida: Pelotas recebeu, também, o reconhecimento do seu patrimônio material, no mesmo dia. Foi uma dupla certificação, que ocorreu em análise simultânea de vários processos como relata Schlee:

A partir do material recebido pelo Iphan, instruído e encaminhado pela Superintendência Estadual do Rio Grande do Sul, e com o objetivo de garantir uma leitura mais abrangente de um território, optou-se por trabalhar e analisar, conjuntamente, as seguintes propostas de Tombamento Federal: o Processo no 830-T-70, castelo da baronesa, Pelotas/RS; o Processo no 1433-T-98, ruínas da ponte dos arcos, Pelotas / RS; o Processo no 1512-T-03, centro histórico da cidade de Pelotas, Pelotas/RS; e o Processo no 1556-T-08, sítio charqueador pelotense, Pelotas/RS. (2019, p. 33)



Fonte: Pelotas, 2018.

**FIGURA 4**  
**Pelotas e os municípios emancipados**

O autor do relato, então diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (Depam) do Iphan, destaca, no mesmo texto, que a análise simultânea do Dossiê de Registro da Região doceira de Pelotas e antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu) deveu-se a “um reposicionamento institucional no sentido de compreender, simultaneamente, as manifestações materiais e imateriais do patrimônio cultural, no caso específico, do rico patrimônio cultural da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul.” (2019, p. 33-34)

Assim, Pelotas teve mais uma vez reiterada a sua história relacionada ao charque, estendida ao presente pela produção doceira artesanal e definida em espaços da cidade que não incluem a sua trajetória operária. Porém, para as cidades emancipadas, antes zona rural pelotense, a certificação da tradição doceira apresenta a demanda de uma expectativa para a qual a valorização do patrimônio material precisará ser, igualmente, incentivada. E é sobre tal fato que se analisa, neste estudo, o caso de Morro Redondo.

Inicia-se esclarecendo que, nas quatro cidades, a produção agrícola familiar contribui com a economia local, ainda que muitas desenvolvam, além da agricultura, atividades não agrícolas (CORTEZ; DOS ANJOS; CALDAS, 2005) nas suas propriedades. Produções características são as dos doces de frutas em pasta, cristalizados e em conserva.

Tal fato está atrelado a outro: a condição rural dessas cidades. A investigação, desenvolvida durante a dissertação e tese de Alcir Bach (2017), apresenta o patrimônio agroindustrial Pelotense em uma trajetória que interliga o rural e o urbano e transcende a ideia de pertencer a um limite socioespacial único. Bach relata que o que levou a particularidade vivida no campo ou na cidade se dá pela forma de ocupação do território e está de acordo com sua multiplicidade geofísica, ou seja,

Na zona agrícola localizava-se a pequena propriedade, sustentada principalmente pela fruticultura (pessegueiro e videira), onde estavam situadas as várias colônias do município, compostas por descendentes de povos germânicos, franceses e itálos. Na zona pastoril encontrava-se a grande propriedade pastoril e, mais tarde, também orizícola, bem como a área urbana. Era constituída essencialmente por populações luso-brasileiras. (BACH, 2017, p. 37)

Essa ideia de caracterização do modo de vida e sua atribuição à delimitação de rural e urbano também aparece em Neto *et al.* (2019) quando os autores discorrem sobre uma “negociação entre rural e urbano” ao falar sobre a

conformação de Pelotas “como um dos primeiros centros urbanos do estado” e sobre isso ter início ainda no período do charque no século XIX, quando “a narrativa oficial ressalta a história de grandes famílias charqueadoras, seus modos de vida, compreendidos como uma civilização urbana” (2019, p. 5).

O que evidenciou os contrastes entre a Pelotas urbana e a zona rural foi o crescimento populacional no período de 1920 a 1950. Bach (2017) faz uma ressalva sobre as condições socioeconômicas estimulantes e sua hipótese de atração populacional para o trabalho direto e indireto procedente da indústria de alimentação, seja nos frigoríficos, moinhos ou nas fábricas de conservas. Grande parte desses operários provenientes da zona rural trabalhavam, antes, em fábricas na colônia e, assim, a atividade industrial conserveira lhes era familiar. O autor ainda dá destaque a outras indústrias que contribuíram para este aumento no número de operários, entre estas, “sabão e velas, de papel e papelão, curtumes, fábrica de tecidos, adubos, engenho de arroz etc.” (ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO. *Apud.* BACH, 2017, p. 39).

Bach esclarece que o território do Município de Pelotas não sofreu alteração apenas em razão de seu aumento populacional, mas também por conta do surto emancipacionista ocorrido na década de 1980, quando o município veio a perder alguns de seus distritos históricos, os já citados Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu e, por último, Arroio do Padre.

O que podemos observar, através do trabalho de Bach, sobre a diminuição da zona colonial do município é que, contraditoriamente, a cidade maior passou a esvaziar as menores, fato que ainda se identifica como êxodo rural. Isso correspondeu ao ápice da indústria alimentícia e seus derivados, registrado entre as décadas de 1960 e 1970, em especial na área urbana. Na zona rural, apesar de compartilhar do mesmo fato, a indústria colonial, em razão da falta de condições para adequação de sua infraestrutura, entrou em decadência.

Morro Redondo, o penúltimo município a se emancipar, participa do contexto descrito por Bach. Atualmente, há cinco fábricas de conservas na cidade e o alimento preferencial desta produção fabril é o pêssego. Há um número grande de famílias doceiras que formam a mão-de-obra sazonal dessas fábricas, assim como o eram nas extintas. Portanto, o fluxo entre a produção do doce colonial em modo artesanal e a participação na produção fabril das compotas permanece. O fenômeno da evasão dos jovens persiste, agora bem menos e, em grande parte, por decorrência da cidade não dispor de ensino médio. No entanto, é um dos fatores

que opera sobre o silenciamento do interesse da comunidade em não reconhecer os remanescentes industriais que lá estão. Não é o único fator. O outro é ambíguo e merece atenção. Aqui, só se faz apontá-lo.

Trata-se do patrimônio imaterial, a surpresa festejada que brindou esse e os demais municípios com um selo de interesse nacional: a tradição doceira colonial. No entanto, uma compreensão parcial e insuficiente do que isso significa — ou pode significar — compromete o seu melhor sentido. Notoriamente, vê-se que o esforço local em atender as indicações de salvaguarda deste bem intangível esbarra em muitos obstáculos, parte deles, conceitual. Morro Redondo tem realizado esforço para tal atendimento, de tal monta, que recalca não intencionalmente outros modos de patrimônio. Dentre eles, o industrial. Inspira-se em Pelotas, que trava, ela própria, embates já vistos sobre a visão que quer ter de si própria. Porém, há tempo para um novo rumo nessa história. Faz-se, por ora, tal positiva aposta.

### **Os estudos sobre o patrimônio industrial da região**

Assim como Bach, outros pesquisadores vêm, constantemente, esforçando-se para descrever e dar visibilidade a outros aspectos, quais sejam a compreensão da industrialização na sociedade contemporânea, as narrativas operárias bem como o diálogo entre as estratégias de preservação, o desenvolvimento urbano e a legislação vigente.

Um levantamento sobre os estudos acadêmicos no tema, desenvolvidos em um largo período, encontra-se no livro digital “O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas” (MICHELON, 2019). Embora o conteúdo refira apenas o patrimônio que se encontra em posse da UFPEL, há de se destacar que são seis importantes exemplares, dos quais cinco estão no bairro Porto. No capítulo das professoras Ana Oliveira e Aline Silveira (2019), listam-se diferentes trabalhos acadêmicos desenvolvidos no Curso de Arquitetura e Urbanismo com temas sobre o bairro e sobre seus prédios industriais. O interesse acadêmico por esse contexto inicia em 1983, quando a decadência do bairro já era considerável e a zona merecia atenção para que não ocorresse o que hoje está sendo combatido: a ociosidade, a degradação e o esvaziamento.

Em outro capítulo (GONZÁLEZ, 2019), são listados textos e pesquisas já desenvolvidos sobre os seis exemplares, que levam a autora a concluir que houve: “desde cedo, por parte de vários professores e estudantes da instituição um

interesse em observar, analisar e propor estratégias de revitalização do patrimônio industrial da cidade.” (p. 102). Assim, a autora divide a produção em três tipos de referências: as realizadas na UFPel, as realizadas em outras instituições e diversas. Na primeira, constam 82 publicações entre livros, artigos, trabalhos apresentados em eventos, trabalhos de conclusão de cursos de graduação, monografias de especialização, dissertações e teses. Na segunda, constam sete trabalhos e, na terceira, quatro. Dos seis bens listados, o que gerou maior número de trabalhos foi o Frigorífico Anglo (ao todo 18, sendo dois livros, duas dissertações de mestrado, seis artigos, três projetos de pesquisa, quatro capítulos de livro e um trabalho apresentado em evento). É um exemplar da zona do Porto.

A Laneira Brasileira S.A. que não se encontra na zona do Porto é a segunda fábrica mais estudada (ao todo 15 publicações, sendo três dissertações de mestrado, quatro artigos, dois projetos de pesquisa, um capítulo de livro, um trabalho de conclusão de graduação, uma monografia de especialização e três trabalhos apresentados em eventos). Inclusive, nem é ocupada por unidades acadêmicas, fato que leva a pensar que o interesse é pelo bem industrial e não, apenas, pela localização.

Embora não se tenha um quadro geral dos estudos já desenvolvidos sobre a totalidade do patrimônio industrial na cidade de Pelotas e, menos ainda, nas demais já citadas, o exemplo referido aponta para o interesse acadêmico sobre esses bens. Haverá um momento, em algum lugar do futuro, que esse conhecimento poderá operar com força. Não é uma afirmação e, sim, uma esperança<sup>12</sup>.

### **Uma conclusão**

Se o intuito deste texto fosse o de constatar o impacto que a mídia tem através dos jornais, revistas, televisão, rádio e internet — instrumentos não apenas de comunicação, mas de disseminação de informação e de construção de narrativas — sobre o reconhecimento popular do Patrimônio cultural, estaria afirmando o equívoco de uma única razão para um fenômeno multifatorial, ainda que esta cause grande impacto. Além de como esclarecem Ribeiro e Brasiliense (2007) a mídia é responsável pelo enquadramento dos acontecimentos do presente e, também, do passado que se quer coletivo. Afirmam que determinados usos dos meios de

comunicação permitem que se atue sobre a memória, até mesmo em detrimento das ocorrências e discursos que se quer salvaguardar.

É sabido que disputas constantes pela construção e institucionalização de significados e narrativas sobre objetos e práticas sociais se utilizam, em especial, da mídia para alcançar tal objetivo. Mas não é esse o único fator que opera o resultado de uma escolha de determinada visão de cidade e de passado sobre outra. Pela exposição de trajetórias aqui apresentadas, a silenciada cidade fabril é mais consequência do que eleição intencional de determinadas memórias. É resultado de valores convergentes que a negam porque pouco significa para a eloquência de um passado marcado pela abundância. Fato contraditório e pouco leal às fontes de onde veio a fartura ocasional. No entanto, o processo de ocultação é complexo e intrínseco. Nem sempre determinado por um projeto sistêmico.

A canção que deu início ao texto deste estudo é só expressão de um sentimento compartilhado, construído por muitos atores, ao longo de muito tempo, que reverbera impressões mais do que decisões. Não se trata de escolha. Parece-se mais com memórias herdadas.

E observa-se que a herança vai mais longe, quando novas cidades se organizam. A cidade, seja qual for, quer ser gloriosa e, para tanto, busca seu passado no passado de onde se gerou. Aceita o que dela dizem, para ter o que dizer de si. É, assim, um modo de perpetuar a narrativa silenciadora do patrimônio industrial. E é esse um fato irreduzível, inalterável? É uma pergunta difícil de responder, porque admitir que se trata de resultado irrevogável é negar a mutabilidade dos sentidos e a imprevisibilidade das ocorrências. Há sempre a esperança de que o conhecimento novo opere mudanças, inclusive sobre paradigmas. Por que não operaria sobre o discurso oficial? E, conseqüentemente, sobre os demais discursos?

Reside esperança no fato de que esses patrimônios estão sendo estudados a algumas décadas dentro da academia. E cada estudo parece gerar o interesse de um próximo. Pode ser que falem os meios para capilarizar os conteúdos elaborados, uma vez que esses estudos circulam, na sua maioria, em espaços ainda restritos e de poucos recursos para alcançar a grande maioria da população. Razões que dificultam que cheguem nas palavras e imagens que formam e colorem a memória das pessoas. Quando isso acontecer, a canção que passeia nos tempos da lembrança deverá reconhecer como sua cidade aquela que se movimentava sob a força da produção e pautava a vida de muitos em enormes salas fabris. Deverá

abrir os olhos para mais além de onde se encontram os distintos casarões da área central e caminhar na longa estrada da história para entender que as charqueadas foram o início e não a totalidade, que além de sal e do açúcar aconteceram tantos fatos nesses lugares que apenas um vetor não dá conta do que se viveu. E que os monumentos que se encontram esquecidos, inominados e silenciados têm muito a falar. Aposta-se que um dia terão o direito à palavra e serão convidados a usá-la.

## NOTAS

1. É a mesma distância de Pelotas a Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.
2. Kleiton e Kledir Alves Ramil pertencem a uma família com outros músicos de projeção. Iniciaram carreira na segunda metade da década de 1970, compondo com outros três jovens músicos a banda “Os Almôndegas”. Seguiram carreira juntos em Rio de Janeiro e São Paulo, obtendo projeção nacional e gravando vários álbuns de muito alcance popular. Em 2020, completaram 40 anos de produção musical. Continuam ativos e participantes do cenário artístico do Brasil.
3. Santa Casa de Misericórdia (imóvel inventariado e localizado em praça que faz parte do Conjunto Histórico tombado a nível Federal); Guarany (imóvel inventariado); paralelepípedos; ladrilhos hidráulicos; escaioles; pessegada, fios de ovos, bem-casados, pastéis de santa-clara, doces cristalizados (Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas — Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu — fazem parte do Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC); Praça Cel. Pedro Osório (parte do Conjunto Histórico tombado a nível Federal); Theatro Sete de Abril (tombado a nível Federal); Fonte das Nereidas (parte do Conjunto Histórico tombado a nível Federal).
4. Canal oficial da Prefeitura de Pelotas na plataforma do Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/PrefPelotas/playlists>.
5. Página da Prefeitura na rede social instagram. Disponível em: [https://www.instagram.com/prefeituradepelotas/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/prefeituradepelotas/?utm_medium=copy_link).
6. Página oficial da Prefeitura de Pelotas. Disponível em: <https://www.pelotas.com.br/>.
7. As charqueadas são agroindústrias onde se preparava a carne salgada e seus subprodutos. Pelotas chegou a contar com aproximadamente 30 estabelecimentos, que foram responsáveis pela forte economia da cidade durante o século XIX. Atualmente, há uma preocupação evidente quanto a sua preservação como pode ser verificada no próprio texto do III Plano Diretor.
8. O FEIC Ponte Passos dos Negros é incluído pela lei 6636 de outubro de 2018, que faz alterações no III Plano Diretor.
9. Esse número não é exato, haja vista que no inventário consta apenas o endereço. Para identificar a tipologia dos bens inventariados é necessário, primeiro, identificar o imóvel e depois conferir se é inventariado. Dessa forma, outros espaços industriais não identificados podem estar na listagem.
10. O documento foi estruturado seguindo quatro eixos — Pelotas Cultural; Costa Doce Pelotas; Turismo Rural e natureza; Negócios e Eventos — e subeixos.

11. Disponível no site da Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Inovação: <http://www.pelotaturismo.com.br/cat>, acesso em 28 mar. de 2022.
12. Está em desenvolvimento um trabalho que inspira confiança para que algumas questões possam ser resolvidas em médio prazo. Trata-se de um programa intitulado Polo Morro Redondo (<https://wp.ufpel.edu.br/gipc-morroredondo/>) vinculado à Cátedra Unesco-IPT de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território do Instituto Politécnico de Tomar ([http://portal2.ipt.pt/pt/i\\_di/catedra\\_de\\_humanidades\\_e\\_gestao\\_cultural\\_integrada\\_do\\_territorio/](http://portal2.ipt.pt/pt/i_di/catedra_de_humanidades_e_gestao_cultural_integrada_do_territorio/)). O Polo articula diferentes projetos decorrentes do Acordo de Cooperação estabelecido entre a Universidade Federal de Pelotas, por meio do PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural, o Instituto Politécnico de Tomar, a Universidade Católica de Pelotas e a Prefeitura de Morro Redondo. O tema central do trabalho observa questões que vinculam o patrimônio industrial com a economia e com a produção de alimento de comunidades que se definem por determinadas tradições. Portanto, acaba abordando conteúdos inerentes aos conceitos de desenvolvimento, territórios sustentáveis, patrimônio industrial e paisagens históricas da produção.

## REFERÊNCIAS

BACH, Alcir Nei. *Patrimônio Agroindustrial: Inventário das fábricas de compotas de pêssego na área urbana de Pelotas (1950-1990)*. Pelotas, 2017. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

BACH, Alcir Nei. *Patrimônio industrial rural: as fábricas de compotas de pêssego em Pelotas - 1950 a 1970*. Pelotas, 2009. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

COELHO, Jossana Peil; MICHELON, Francisca Ferreira. O patrimônio industrial na legislação pelotense. In: MARCHI, Darlan de Mamann; KNACK, Eduardo Roberto Jordão; POLONI, Rita Juliana Soares (org.). *Memória & patrimônio: preservação, políticas e acesso*. Pelotas: Editora da UFPel, 2020. v. 3, p. 135-150.

CONCEIÇÃO, Josuan Ávila da *et al.* Espaço e tempo na formação urbana de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12. Montevideo, Uruguay, 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaespacial/49.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2022.

CORTEZ, F. P.; DOS ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Agricultura familiar e pluriatividade em Morro Redondo-RS. *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, v. 13, n. 25, p. 135-153, 25 nov. 2005. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/228466754\\_AGRICULTURA\\_FAMILIAR\\_E\\_PLURIATIVIDADE\\_EM\\_MORRO\\_REDONDO-RS/link/548ad0260cf225bf669cd0bd/download](https://www.researchgate.net/publication/228466754_AGRICULTURA_FAMILIAR_E_PLURIATIVIDADE_EM_MORRO_REDONDO-RS/link/548ad0260cf225bf669cd0bd/download). Acesso em: 30 out. 2021.

ESSINGER, Cintia Vieira. *Entre a fábrica e a rua: a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense e a criação de um espaço operário. Bairro da Várzea, Pelotas, RS (1953-1974)*. Pelotas, 2009. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Cintia-Essinger.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2022.

GONZÁLEZ. Ana María Sosa. A UFPel, a cidade de Pelotas e seu patrimônio industrial: uma reflexão e sistematização a partir do projeto 'Memória, identidade e patrimônio industrial adquirido pela UFPel'. In MICHELON, Francisca Ferreira (org.). *O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2019. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/4869>. Acesso em: 28 mar. 2022.

GOULARTE, Daniela Vieira. Memórias, ressignificações e percepções relacionadas ao patrimônio industrial compartilhado entre a cidade e universidade: o lugar da UFPel no Porto de Pelotas, RS. Pelotas, 2021. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: [https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2022/01/Dissertacao\\_PPGMP\\_Daniela-Vieira-Goularte.pdf](https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2022/01/Dissertacao_PPGMP_Daniela-Vieira-Goularte.pdf). Acesso em: 25 mar. 2022

IBGE. Pelotas: coleção de monografias dos municípios. 2. ed. 1958. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col\\_mono\\_n5\\_pelotas\\_2ed.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col_mono_n5_pelotas_2ed.pdf). Acesso em: 29 mar. 2022.

MENEGUELLO, Cristina (org.). *Arte e patrimônio industrial*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

MENEGUELLO, Cristina. Espaços do trabalho, lugares do trabalhador. In: MENEGUELLO, Cristina; OLIVEIRA, Eduardo Romero de; OKSMAN, Silvio (org.). *Patrimônio industrial na atualidade: algumas questões*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021, p. 9-93.

MICHELON, Francisca Ferreira (org.). *O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2019. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/4869>. Acesso em: 28 mar. 2022.

MICHELON, Francisca Ferreira. *Sociedade Anônima Frigorífico Anglo de Pelotas: o trabalho do passado nas fotografias do presente*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2012.

NETO, Francisco Pereira; *et al.* Pelotas-RS pelas suas margens: a patrimonialização como expressão das múltiplas formas de habitar a cidade. *Barbarói*, p. 63-75, 2019. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/14593>. Acesso em 29 mar. 2022.

OKSMAN, Silvio. Forma, função e uso na arquitetura industrial: identificar, preservar e intervir. In: MENEGUELLO, Cristina; DE OLIVEIRA, Eduardo Romero; OKSMAN, Silvio (org.). *Patrimônio industrial na atualidade: algumas questões*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 151 -154.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de; SILVEIRA, Aline Montagna da. Entre tramas: as ações do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira e a preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização no sul do Rio Grande do Sul. In MICHELON, Francisca Ferreira (org.). *O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas*. Pelotas: Ed. UFPel, 2019, p.43-57. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/4869>. Acesso em: 28 mar. 2022.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de (org.). *Memória ferroviária e cultura do trabalho: balanços teóricos e metodologias de registro de bens ferroviários numa perspectiva multidisciplinar*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de (org.). *Memória ferroviária e cultura do trabalho: balanços teóricos e metodologias de registro de bens ferroviários numa perspectiva multidisciplinar II*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Patrimônio industrial para o século XXI. In: MENEGUELLO, Cristina; OLIVEIRA, Eduardo Romero de; OKSMAN, Silvio (org.). *Patrimônio industrial na atualidade: algumas questões*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021, p. 41-44.

PELOTAS. *Lei ° 4.568, de 7 de julho de 2000*. Declara área da cidade como zonas de preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas - ZPPCs - lista seus bens integrantes e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/pelotas/lei->

ordinaria/2000/457/4568/lei-ordinaria-n-4568-2000-declara-area-da-cidade-como-zonas-de-preservacao-do-patrimonio-cultural-de-pelotas-zppcs-lista-seus-bens-integrantes-e-da-outras-providencias?q=4568. Acesso em: 28 mar. 2022.

PELOTAS. *Lei ° 5.502, de 11 de setembro de 2008*. Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/2008/550/5502/lei-ordinaria-n-5502-2008-institui-o-plano-diretor-municipal-e-estabelece-as-diretrizes-e-proposicoes-de-ordenamento-e-desenvolvimento-territorial-no-municipio-de-pelotas-e-da-outras-providencias.html>. Acesso em: 28 mar. 2022.

PELOTAS, Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana. Serviço de Mapeamento e Informações Geográficas. *Mapa rural do município de Pelotas RS*. 2018. Disponível em: <https://www.arcgis.com/apps/PublicInformation/index.html?appid=cabeded4e3694e62902096cced3acbb3>. Acesso em 29 mar. 2022.

PELOTAS, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. *Plano Municipal de Turismo para Pelotas 2017-2024*. Disponível em: <http://site.pelotas.com.br/pelotasturismo/files/08deeaafa8d64d41ccc39f6cf6231b569.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2022.

PESAVENTO, Sandra. *República Velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento IEL, 1980.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BRASILIENSE, Danielle Ramos. Memória e narrativa jornalística. In: RIBEIRO E FERREIRA, L. M. A. (org.) *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 219-235.

SALABERRY, Jeferson Dutra. *A agroindústria no Bairro do Porto: Pelotas – RS (1911-1922)*. Pelotas, 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5199>. Acesso em: 25 mar. 2022

SCHLEE, Andrey Rosenthal. O conjunto histórico de Pelotas como patrimônio nacional. In: MICHELON, Francisca Ferreira (org.). *O patrimônio industrial da Universidade Federal de Pelotas*. Pelotas: Ed. UFPel, 2019, p. 25-41.

CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: território da cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul*. Pelotas, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/17305447-Plano-territorial-de-desenvolvimento-rural-sustentavel-territorio-da-cidadania-zona-sul-do-estado-do-rio-grande-do-sul-ptdrs-1.html>. Acesso em: 26 mar. 2022

SOBRINO SIMAL, Julián; SANZ CARLOS, Marina (ed.). *Carta de Sevilla de patrimonio industrial 2018: los retos del siglo XXI*. Sevilla: Centro de Estudios Andaluces; Consejería de la Presidencia, Administración Pública e Interior. 2018.

TICCIH. *Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial*, 2003. Disponível em: <https://ticcihbrasil.org.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

**Jossana Peil Coelho** é Pós-Doutoranda, Doutora e Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural pelo Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), no Rio Grande do Sul. Graduada em Arquitetura e Urbanismo e Bacharela em Museologia pela UFPel. Bolsista Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

**Francisca Ferreira Michelin** é Professora Titular do Departamento de Museologia, Conservação e Restauração e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), no Rio Grande do Sul. Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Mestra em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Arte Educação e Graduada em Licenciatura Plena em Educação Artística pela UFPel.

**Claudia da Silva Nogueira** é Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), no Rio Grande do Sul. Mestra em Arquitetura e Urbanismo e Graduada em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis pela UFPel. Bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

**Como citar:**

COELHO, Jossana Peil; MICHELON, Francisca Ferreira; NOGUEIRA, Claudia da Silva. Cidades silenciadas: trajetórias operárias em patrimônios do extremo sul do Brasil. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 18, n. 1, p. 37-60, jan./jun. 2022. Disponível em: [pem.assis.unesp.br](http://pem.assis.unesp.br).